

O papel da tutora na educação de crianças autistas: os desafios encontrados no cotidiano escolar

The role of the tutor in the education of autistic children: the challenges encountered in the school routine

Leticia Emanuele Aparecida Ornat

Faculdade Sagrada Família

Izabelle Cristina de Almeida

Faculdade Sagrada Família

Link para o Currículo Lattes ou ORCID

Resumo: Considerando o papel da tutora na educação de crianças autistas, o presente trabalho busca entender quais são os desafios encontrados pelas profissionais no cotidiano escolar. Ressalta-se a importância de saber conhecer sobre o autismo e suas características, assim como a maneira como irá incluir a criança no ambiente escolar, buscar respostas, metodologias e propostas lúdicas. Dessa forma, é importante compreender como são acolhidas as tutoras pela equipe gestora e pedagógica da escola em suas dificuldades. Nesse contexto questiona-se: Quais são os desafios encontrados por elas no cotidiano escolar? Para responder tal problema, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar as dificuldades enfrentadas em seu processo de aprendizagem no cotidiano escolar. Portanto, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar quem é profissional que trabalha com a criança com autismo no ambiente escolar e como ele é orientado neste processo; b) compreender como ocorre o processo de inclusão da criança com autismo no ambiente escolar; c) conhecer quais são os desafios encontrados pelas tutoras no contexto escolar. A pesquisa caracteriza-se: a) pesquisa exploratória; b) bibliográfica; c) participativa; que busca ser uma fonte de descobertas acerca do presente temático. Na pesquisa, qualitativa de cunho exploratório foram aplicados questionários de maneira online, através do software GoogleForms, com professoras tutoras de instituições de ensino da rede privada do município de Ponta Grossa. Os resultados indicaram lacunas na formação inicial no que se refere à temática, a falta de formação continuada e de um apoio pedagógico necessário. Ressaltamos que é fundamental ter conhecimentos específicos e formação para que se possa trabalhar com a inclusão de forma efetiva para todos. Cabendo, assim, buscar profissionais formados que realmente compreendem a importância de incluir essa criança e a necessidade de uma colaboração mútua entre escola e família, para que o mesmo ocorra da melhor forma.

Palavras-chave: Tutora, Inclusão, criança autista.

Abstract: Considering the role of the tutor in the education of autistic children, the present work seeks to understand what are the challenges faced by the tutors of autistic children in the school routine. We emphasize the importance of the tutor knowing about autism and its characteristics, as well as the way that the child will be included in the school environment, seeking answers, methodologies and ludic proposals. In this way, it is important to understand how tutors are welcomed by the school's management and pedagogical team in their difficulties. In this context, the question is: What are the challenges faced by tutors of autistic children in everyday school life? To answer this problem, it was established as a general objective: to analyze the difficulties faced by tutors of children with autism, in their learning process in the school routine. Therefore, the following specific objectives unfold: a) identify who is a professional who works with children with autism in the school environment and how

they are guided in this process; b) understand how the process of inclusion of children with autism in the school environment occurs; c) know what are the challenges faced by the tutors in the school context. The research is characterized: a) exploratory research; b) bibliographic; c) participatory; that seeks to be a source of discoveries about the thematic present. In the qualitative exploratory research, questionnaires were applied online, through the Google Forms software, with tutor teachers from private educational institutions in the city of Ponta Grossa. The results indicated gaps in the initial training regarding the theme, the lack of continued training, of the necessary pedagogical support. We emphasize that specific knowledge and training are essential so that you can work with inclusion effectively for everyone. Therefore, it is necessary to seek trained professionals who really understand the importance of including this child, the need for mutual collaboration between school and family, so that the same occurs in the best way.

Keywords: Tutor, Inclusion, Autistic Child.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, observa-se que as acadêmicas que assumem a função de tutoras de inclusão, em sua maioria, são estagiárias que acabam de ingressar na faculdade. Muitas vezes não têm experiência nem com crianças pequenas, pois acabaram de sair do ensino médio. Muitos desses cargos precisam ser assumidos por professores tutores que já estejam inseridas nesse contexto e investindo sempre numa formação continuada.

Para Orrú (2003, p.1)

é imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor do autismo e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas.

Preparar o quadro de docentes para trabalhar com crianças autistas é um importante começo. Bueno (2009) diz que se o professor não tem uma orientação adequada não contribuirá para a inclusão. Portanto, deve haver professores realmente preparados para o trabalho docente ou com uma formação continuada atualizada, buscando ampliar seus conhecimentos e desenvolvendo práticas específicas, voltadas para o ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais.

A busca de estratégias metodológicas de interação e desenvolvimento de todas as crianças deve ser alvo constante de uma escola inclusiva. Baptista e Bosa

(2002), descrevendo a percepção dos professores sobre a inclusão de alunos autistas, alertam para as noções um tanto distorcidas sobre o que significa basicamente o termo autismo, assim como o trabalho com essas pessoas.

Compreende-se que a maior dificuldade dos educadores, entretanto, seria na identificação do aluno com autismo e com a falta de preparo e formação. Para Mrech (1998), a escola inclusiva é um local onde todos os educandos têm as mesmas chances, onde as oportunidades, possibilidades educacionais e as características individuais estão marcadas pela igualdade entre as pessoas. Nesse contexto questiona-se: quais são os desafios encontrados pelas tutoras de crianças autistas no cotidiano escolar?

Para responder tal problema, estabeleceu-se como objetivo geral analisar as dificuldades enfrentadas por tutoras de criança com autismo em seu processo de aprendizagem no cotidiano escolar. E tem-se como objetivos específicos: a) identificar quem é o profissional que trabalha com a criança com autismo na escola e como ele é orientado nesse processo; b) compreender como ocorre a inclusão e aprendizagem da criança com autismo no ambiente escolar e c) conhecer quais são os desafios encontrados pelas tutoras no contexto escolar.

Como metodologia de trabalho foram realizadas pesquisas exploratória, bibliográfica e participativa, que buscam ser uma fonte de descobertas acerca da presente temática, sua abordagem será qualitativa.

Esse trabalho justificou-se pelos interesses e inquietações da própria pesquisadora que atua enquanto tutora de uma criança com autismo. Com base nas dificuldades encontradas nesse contexto, busca entender quais são os entraves das tutoras e de que forma são acolhidas pela equipe gestora e pedagógica da escola em seus desafios.

Ressalta-se a importância da tutora conhecer sobre o que é autismo e suas características, a maneira que irá incluir a criança no ambiente escolar, buscar respostas, metodologias e atividades lúdicas. Portanto, é fundamental ter conhecimentos específicos e formação para que se possa trabalhar com a inclusão de forma efetiva para todos.

Para Orrú (2012) apud Benini (2016), as pessoas autistas são ainda pouco compreendidas pela sociedade, devido à falta de conhecimento sobre essa condição. Segundo a autora, o desconhecimento e a falta de informação sobre o autismo produzem certa incompreensão, fazendo com que as pessoas reproduzam conceitos deturpados sobre o assunto. É necessário buscar uma inclusão de qualidade, quer dizer, buscar profissionais formados que realmente entendem a importância de incluir essa criança, conhecendo sobre suas especificidades, necessidades educativas e encaminhamentos necessários e um processo formativo integral.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Sinais de alerta da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade (BRASIL, 2021).

A identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de TEA e encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral. Ressalta-se que o tratamento oportuno, com estimulação mais cedo deve ser preconizado em qualquer caso de suspeita de TEA ou desenvolvimento atípico da criança, independentemente de confirmação diagnóstica.

A etiologia do transtorno do espectro autista ainda permanece desconhecida. Evidências científicas apontam que não há uma causa única, mas constata-se a relação de fatores genéticos e ambientais. A interação entre esses fatores parece estar relacionada ao TEA, porém, é importante ressaltar que “risco aumentado” não é o mesmo que riscos do ambiente. Os fatores ambientais podem aumentar ou diminuir o risco do transtorno em pessoas geneticamente predispostas. Embora nenhum desses fatores pareça ter forte correlação com aumento e/ou diminuição dos riscos, a

exposição a agentes químicos, deficiência de vitamina D e ácido fólico, uso de substâncias (como ácido valpróico) durante a gestação, prematuridade (com idade gestacional abaixo de 35 semanas), baixo peso ao nascer (< 2.500 g), gestações múltiplas, infecção materna durante a gravidez e idade parental avançada são considerados fatores contribuintes para o desenvolvimento do TEA. (BRASIL, 2021).

O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911 por Eugen Bleuler, um psiquiatra suíço que buscava, em seus estudos, descrever características da esquizofrenia. No entanto, a denominação do autismo toma uma proporção maior em 1943.

O autismo não havia sido estudado antes da década de 1930. Os estudos iniciaram por meio do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras pesquisas já abordava características do problema de forma relevante. O psiquiatra publicou a obra “Distúrbios autísticos do contato afetivo”, descrevendo 11 casos de crianças com “um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação das mesmices”. Ele usou o termo “autismo infantil precoce”, pois os sintomas já eram evidentes na primeira infância e observou que essas crianças apresentavam maneirismos motores e aspectos não usuais na comunicação, como a inversão de pronomes e a tendência ao eco (CUNHA, 2015).

É válido trazer algumas características peculiares da criança com o transtorno, tendo em vista que “o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativa e comportamental”. (SCHIMIDT, 2013, p. 13). Sabendo que essas dimensões são inseparáveis.

As definições utilizadas pela ‘American Psychological Association’ (APA)(2013) apud Zanon et al (2014) vão de encontro com as concepções já mencionadas.

as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo. (APA, 2013 apud ZANON et al, 2014, p.25).

Essas manifestações da pessoa com autismo são conseqüências estimuladas pelo transtorno, podendo ser mais leves ou mais graves, dependendo do grau em que se encontra. “É também comum se observar crianças autistas fascinadas por certos estímulos visuais, como luzes piscando e reflexos de espelho bem como tendo certas aversões ou preferências por gostos, cheiros e texturas específicas” (SILVA; MULICK, 2009, p.120).

Nesse contexto, o conceito de autismo, ao longo dos anos, passou por um processo de transformação e ampliação desde seu aparecimento. Do conceito inicial, segundo Giovane (2009, p. 9) o autismo deixou de ser entendido como uma doença específica e passou a ser concebido “como um conjunto de sintomas e dificuldades que causam prejuízo qualitativo interação social, dificuldade na comunicação verbal e repertório restrito de interesses e atividades”.

Algumas características comuns dos das crianças autistas são: a interação social, a comunicação, a presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos. São pequenos detalhes que se desenvolvem com relação à idade mental da criança, tornando-se evidentes em seus primeiros meses ou anos de vida.

De acordo com Assumpção Jr. et al. (1999, p. 944)

sob o ponto de vista do funcionamento mental, embora hipóteses afetivas tenham permeado sua conceituação, atualmente considera-se que crianças autistas apresentam comprometimento na capacidade de meta-representação. Assim, a ausência dessa característica cognitiva específica dificultaria a compreensão dos próprios estados mentais, bem como o dos outros, uma vez que seria ela que permitiria as interações sociais que envolvem atribuir estados mentais a outrem, tais como crenças e desejos.

Geralmente, as crianças autistas transparecem algumas dificuldades para lidar com grupos onde a quantidade de pessoa é grande, em fazer amizades, se aproximar de determinada pessoa, em ambientes sociais. Dependendo do lugar, a criança autista não se sente confortável em estar ali. Isso quando ainda são muito pequenas e não tem um convívio agradável com o seu redor. Após alguns anos, algumas pessoas mais velhas que apresentam o TEA ainda conseguem se desenvolver melhor na interação social e em fazer amizades, dependendo do nível de seu transtorno e dependendo da idade atingida.

Cunha (2011, p. 19-20) diz que:

aparecendo nos primeiros anos de vida, proveniente de causas genéticas ou por uma síndrome ocorrida durante o período do desenvolvimento da criança, o autismo possui no seu espectro as incertezas que dificultam, na maioria dos casos, um diagnóstico precoce. Ele tem demandado estudos e indagações, permanecendo ainda desconhecido de grande parte dos educadores. Não há padrão fixo para a forma como ele se manifesta, e os sintomas variam muito.

A criança autista, logo que nasce, tem seu desenvolvimento normal, quase não se percebe que há algo de errado ou diferente. Mas, por volta de uma certa idade, ela começa a apresentar comportamentos diferentes do que uma criança de sua idade deveria apresentar.

2.1 O Processo de inclusão e aprendizagem da criança autista no ambiente escolar

No contexto atual, ocorre uma demanda maior de crianças com o Transtorno do Espectro Autista em classes regulares. Com isso passa a ser exigido do professor conhecimentos mais específicos na sua atuação didático-pedagógica. Essa demanda por mais conhecimentos tem suscitado pesquisas destinadas a investigar a identidade desses alunos, as práticas docentes realizadas com bons resultados e os reflexos observados no processo de inclusão escolar.

Pensando nessa crescente demanda acerca da inclusão de crianças com autismo, as discussões apontam para a necessidade de estudos na área da educação sobre o tema como aporte teórico para os professores e/ou tutores. À luz do referencial teórico produzido por Orrú (2009) discute-se as análises feitas sobre as práticas pedagógicas dos professores na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental que atuam na escolarização de crianças com TEA.

Orrú (2009, p. 101) esclarece que

o professor cumpre o papel de agente nas mediações desse processo com o favorecimento da inter-relação (encontro/confronto) entre o sujeito, o aluno e o objeto de seu conhecimento, que é o conteúdo escolar. Nesse processo de mediação, o saber do aluno, enquanto sujeito ativo, é muito importante na formação do seu conhecimento.

A inclusão possibilitará à criança estratégias pedagógicas diferentes que serão aplicadas individualmente, possibilitando que ela obtenha acesso ao conhecimento cultural, social e à vida produtiva. Vai poder ter acesso e se relacionar

com o espaço inclusivo da vida em sociedade, sendo aceito e acolhido por suas diversidades.

Ferreira (2005) relata que a caminhada que a inclusão sofreu durante os anos e ainda se encontra em processo de desenvolvimento, andando em passos lentos. Mas hoje em dia existem muitos incentivos, principalmente dos pais que se interessam pelo assunto, que querem que seus filhos tenham uma boa inclusão na sociedade e que não sejam vistos como pessoas incapazes de socializar.

Segundo Sasaki (1999, p. 123):

a educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o “pertencer” é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado.

Dessa forma, para que ocorra uma aprendizagem efetiva por parte do crianças com TEA, se faz necessário que o professor esteja disposto a mudar suas concepções de ensino aprendizagem. Deve ter consciência clara do importante papel que desempenha ao iniciar o processo de inclusão de uma criança com autismo. Um professor pode oportunizar diferentes possibilidades: como cada criança com autismo processa a informação e quais são as melhores estratégias de ensino devido à singularidade de seus pontos fortes, interesses e habilidades em potencial. Assim, reconhecer que a inclusão desse no ensino regular trará a ele e para as demais crianças os benefícios de uma nova visão sobre o mundo e as pessoas.

Cunha (2016, p. 62) também analisa a ação mediadora na educação de autistas e destaca: “A mediação é o processo de intervenção na relação do aluno com o conhecimento. É toda intervenção pedagógica que possibilita esta interação”. O autor conceitua a mediação como um movimento pedagógico que requer planejamento e organização. Sobre a ação mediadora declara: “A ação do mediador não é facilitar, porque mediar processos de aprendizagem é, sem sombra de dúvidas, provocar desafios, motivar quem aprende” (CUNHA, 2016, p. 62).

Falar sobre a inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular nem sempre é fácil, por vezes causa controvérsia e amplas discussões devido à complexidade das características apresentadas quando as mesmas são inseridas no ambiente escolar. A criança com autismo, diante de convívio com outros alunos pode

apresentar comportamentos agressivos com os professores e colegas, podendo ocasionar conflitos. Entretanto, o professor, quando recebe uma criança com autismo em sua sala de aula, sente-se desafiado a iniciar o processo de inclusão, pois a criança apresenta dificuldades em interagir e se comunicar.

Acerca disso, Felício (2007, p. 25) ressalta que:

é importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida.

Quando falamos em incluir alunos com autismo no ensino regular, automaticamente pensamos nas dificuldades de socialização do mesmo com o meio e é a partir dessa problemática que é gerada a discussão sobre esse tema. Essa inclusão exige uma boa estrutura pedagógica, além de profissionais capacitados para atender a possíveis disparidades decorrentes do comportamento apresentado por essas crianças.

2.2 Aspectos legais – quais os direitos da criança autista?

A Lei Berenice Piana (12.764/12) criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. Essa lei também estipula que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Isso é importante porque permitiu abrigar as pessoas com TEA nas leis específicas de pessoas com deficiência, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/15), bem como nas normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (6.949/2000).

Sancionada em 8 de janeiro de 2020, a Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion, cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A legislação vem como uma resposta à impossibilidade de identificar o

autismo visualmente, o que, com frequência, gera obstáculos ao acesso a atendimentos prioritários e a serviços aos quais os autistas têm direito, como estacionar em uma vaga para pessoas com deficiência. O documento é emitido de forma gratuita por órgãos estaduais e municipais.

Além dessas políticas públicas mais abrangentes, vale destacar algumas legislações que regulam questões mais específicas do cotidiano.

Quadro 1 - Legislação sobre autismo

Lei 13.370/2016	Reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA.
Lei 8.899/94	Garante a gratuidade no transporte interestadual à pessoa autista que comprove renda de até dois salários-mínimos. A solicitação é feita através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
Lei 8.742/93	A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para ter direito a um salário-mínimo por mês, o TEA deve ser permanente e a renda mensal per capita da família deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário-mínimo. Para requerer o BPC, é necessário fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o agendamento da perícia no site do INSS.
Lei 7.611/2011	Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
Lei 7.853/ 1989	Estipula o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes
Lei 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Lei 10.048/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.

Fonte: Referencial teórico (2022)

O direito a uma tutora que atenda às suas necessidades, também é garantido pela Lei 12.764 (BRASIL, 2012)

Artigo 1º, § 2º. A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Artigo 3º: em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2o, terá direito a acompanhante especializado.

Porém, diante de alguns estudos e de vivência na área, podemos dizer que hoje o(a) tutor de inclusão são estagiários em formação acadêmica. O estagiário, em vez de estar na sala de aula para vivenciar o dia a dia da profissão, estará cumprindo um papel que deveria ser de um profissional especializado, ganhando muito menos,

muitas vezes, assumindo mais um papel de educador formado na função proposta. Muitas vezes ele não é capacitado para sua função e precisa pesquisar sozinho para trazer ou produzir recursos para a criança.

Segundo a Lei 11.788, de setembro de 2008, art. 1º:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Segundo Pimenta (2010), o estágio tem por finalidade propiciar ao aluno, uma aproximação à realidade que irá atuar e é componente curricular dos cursos de formação de professores, sendo uma atividade teórica, preparadora de uma práxis. Sendo assim, entende que o estágio prepara o acadêmico para a prática docente. Essa é uma fase de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade.

O estagiário é um facilitador da aprendizagem por provocar dúvidas, desafios e motivar a criança com o transtorno. Ele se torna um mediador do processo de aprendizagem e ajuda a estabelecer relações socioafetivas quando o auxilia na aquisição da linguagem e cria uma rotina, transforma o ambiente em um espaço de respeito, cidadania, aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Portanto, percebe-se que com a mediação do estagiário ocorrem bons resultados na inclusão dos autistas e cria-se processos de intervenção pedagógicas que possibilitam a interação. Assim, eles podem oferecer situações significativas que potencializem a conquista de habilidades cognitivas e sociais e acrescentam autonomia à criança no contexto escolar.

As autoras Pletsch e Glat (2011) revelam um lúcido posicionamento quanto à inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares. Elas descrevem em seu livro a grande importância do estagiário mediador:

o mediador ou facilitador de aprendizagem, por sua vez, é um elemento (pode ser um estagiário) de apoio ao professor da turma comum em que haja algum aluno especial incluído que necessite de atendimento mais individualizado. Sua principal função é dar suporte pedagógico às atividades do cotidiano escolar – sem, com isso, substituir o papel do professor regente. O mediador acompanha o dia a dia do aluno, realizando, em concordância com a equipe escolar, as adaptações necessárias para o desenvolvimento de sua aprendizagem (PLETSCH; GLAT, 2011, p. 24).

Segundo as autoras, o estagiário tende a ser uma pessoa em que a criança com o transtorno confia e passa a acompanhar no dia a dia escolar. Devem ser realizadas adaptações dos materiais que ele necessita, feitas com uma equipe multidisciplinar.

2.3 A importância da formação do tutor que trabalha com a criança autista

Primeiramente, cabe salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9.394/96, em seu Art. n.º 61, denomina o profissional habilitado à licenciatura para atuação na educação básica, todo sujeito com a formação em nível médio e superior. O primeiro destina-se ao diploma com o título de Magistério que pode atuar com a educação infantil. O segundo refere-se ao nível superior designado à educação infantil, ensino fundamental e médio com os respectivos títulos denominados pelas Licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia etc.

Outro ponto relevante consiste no Art. n.º 62 inciso 5º, que trata da maior colaboração entre a União, o Distrito Federal, estados e municípios incumbidos de incentivar o profissional diplomado de Magistério para progredir em seus estudos. A formação inicial é tida como um elemento nuclear

tanto em termos de construção da identidade profissional docente, associada a uma determinada concepção de professor e a um estilo de ensino específico, como na concepção e operacionalização dos processos de ensino aprendizagem. (MORGADO, 2007. p.44).

Tratando-se, então, como um período ao longo do qual se procura oferecer condições aos futuros professores para que adquiram conhecimentos e desenvolvam competências inerentes às tarefas educativas.

O Decreto Federal nº 3.276/1999, que dispõe sobre a formação docente para a atuação na educação básica, em seu artigo 2º, explicita que os cursos deverão possibilitar uma “formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento” (BRASIL, 1999).

O pedagogo é um dos profissionais que tem a tarefa da formação intencional dos sujeitos na sociedade, social, política, cultural e educacional. Esse profissional deve conhecer o que acontece nos diferentes cenários educativos.

Franco (2002) afirma que a formação do pedagogo deve abordar a complexidade da Pedagogia, sendo seu objeto de estudo a práxis educativa, num curso próprio. Mas o conceito de Pedagogia e com ele o curso nas instituições de educação superior se transforma, influenciado pelo contexto sócio-histórico; determinando-se os campos de atuação dos profissionais da educação e na sua formação inicial, os quais se refletem nos documentos curriculares nas diferentes épocas.

A formação inicial do pedagogo, centrada no estudo e na prática do trabalho pedagógico, segundo Gadotti (2011), abarca não só a aprendizagem de novas metodologias e técnicas, mas a reflexão, pesquisa, ação, descoberta, revisão e construção teórica sobre a atividade. Camargo (2010) afirma que quanto mais significativo for o professor, melhores serão as oportunidades para promover novas aprendizagens para seus alunos. Com isso, pode-se destacar que é indubitável a importância da graduação para o sujeito que deseja exercer a profissão de docente e, nessa fase de ascensão profissional busca-se pelos saberes provenientes da formação inicial.

Na realidade, o conhecimento do professor transcende os saberes provenientes de sua formação inicial, também se acrescentam suas próprias emoções, a cognição, as expectativas e a história pessoal. Nesse sentido, torna-se complexo separar o ser e o fazer. Tendo em vista que todos passamos pelo dinamismo das transformações sociais, não há como ignorar que essas ações também são inseridas no trabalho pedagógico. Deve-se analisar que o educador de hoje foi o educando de ontem e são inúmeras as influências que ele leva até a sala de aula.

Cunha (2018) faz uma crítica à visão da formação do professor por ser instruída de modo fragmentado. Isso se dá pela observação de que há educadores lecionando na rede pública e na particular, em cidades urbanas e rurais e professores titulados e não titulados. Assim, abrem-se espaços para conflitos e desafios

provenientes das mudanças sociais e da prática pedagógica em ambientes escolares. Em vista disso, pensa-se em qualificar o docente para adquirir um conjunto de saberes e experiências necessários até mesmo pela complexidade existente no sistema educativo e na educação inclusiva. Ainda temos educadores que demonstram receio de como fazer para interagir com crianças autistas, justamente pela falta de conhecimento e experiência no que diz respeito aos conhecimentos pertinentes sobre o tema.

Logo, percebe-se a importância em ressaltar o período de formação inicial e continuada, sendo essencial capacitar, treinar e sistematizar esse professor, atribuir para o campo de atuação habilidades e competências para diminuir risco de abandono escolar (IMBERNÓN, 2006; BRITES, 2019).

Uma formação acadêmica que se preocupa em qualificar o futuro docente contém na proposta curricular da universidade, não apenas informação teórica como também se alicerça na prática do professor. A ideia é que é muito importante transitar entre esses dois aspectos, a ponto de se obter uma formação significativa para assegurar educação inclusiva.

As Diretrizes Curriculares (BRASIL 2006) têm contemplado as demandas e necessidades atuais, que até o momento tinham sido pouco atendidas, “no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos” (Parecer CNE/CP nº 5/2005p.5). Dentro dessa formação, no curso, há uma disciplina de inclusão em que são abordadas as temáticas relacionadas aos transtornos e síndromes, entre várias deficiências. Uma delas em específica é o TEA.

Algumas dificuldades que se encontram em nosso dia a dia se devem à falta de formação. As disciplinas ofertadas no curso, por vezes, não são suficientes para atender as demandas que os acadêmicos terão como tutores. Não suprimindo as necessidades que surgem na prática, será preciso buscar a formação fora do horário de aula para que se possa ter respostas aos problemas que surgem.

Ressalta-se que dentro dessas disciplinas não estudamos sobre o PEI (Plano educacional individualizado) que é voltado a criança com TEA. Assim não são ensinadas estratégias que possam ser utilizadas na hora de desenvolver o plano.

Essa matéria serve para contribuir com o trabalho pedagógico, portanto, a formação continuada auxilia o professor a potencializar suas práticas pedagógicas, para que ele conheça mais formas de apoiar os estudantes em sua jornada. Essa pode ser realizada após a formação inicial, desenvolvida no início do ano letivo.

Gatti (2008) afirma que muitas ações podem ser relacionadas ao termo “formação continuada”, tais como congressos, cursos, reuniões pedagógicas, seminários, as variadas opções de formação na internet, entre outras. Nesse movimento, o professor atualizado está em busca constante de novas práticas pedagógicas, estratégias e possibilidades para trabalhar com a criança autista e assim tornar-se um facilitador da aprendizagem e um sujeito capaz de resolver os conflitos que possam surgir durante o ano letivo. Com isso vai auxiliar melhor os colegas, pais, alunos e demais agentes escolares e oportunizar uma aprendizagem prazerosa e significativa para a criança.

3. METODOLOGIA

Quanto à natureza, esta pesquisa é básica pois, de acordo com Appolinário (2011, p. 146), a pesquisa básica tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Sendo assim, é a pesquisa que busca ampliar o conhecimento que temos do mundo e tudo o que o forma.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. Conforme Gil (2019) as exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

Dessa forma, a respeito da abordagem do problema, foi realizada uma pesquisa qualitativa que, segundo Rodrigues e Limena (2006, p. 90)

quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, poderemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos,

atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias.

Assim, pretende-se, através dos dados obtidos, identificar as dificuldades enfrentadas por tutoras de criança com autismo, durante o processo de aprendizagem no cotidiano escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória. A pesquisa será realizada com estagiárias da rede privada que trabalham como tutoras de crianças autistas.

O que se refere ao estudo de campo, conforme Amaral (2007)

é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. (AMARAL, 2007, p. 1).

Os dados para análise foram obtidos por meio de um questionário de pesquisa enviado aos participantes de forma online, utilizando-se do formulário GoogleDocs. Utilizou-se questões abertas com intuito de obter respostas que que contribuíssem com esse estudo. Segundo Gil (2010, p. 122-123) “nas questões abertas solicita-se aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas”.

Ao utilizar o questionário como instrumento de pesquisa, Gil (2008, p. 121) o define “como técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre o conhecimento, crença, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações temores, comportamento presente ou passado, etc.”

Por meio deste estudo, foi possível identificar quem é a tutora que trabalha com a criança autista na escola e como são orientadas nesse processo de inclusão e aprendizagem, trazendo seus desafios e dificuldades no contexto escolar.

4. ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa buscou trazer questões relevantes ao tema abordado com intuito de identificar as dificuldades enfrentadas por tutoras em relação a seu dia

a dia com a criança autista. O levantamento foi realizado em uma escola particular no município de Ponta Grossa/PR entre os dias 14 e 16 de junho de 2022.

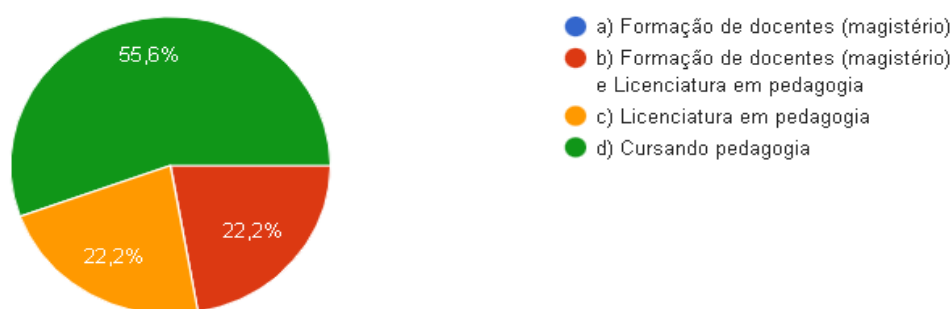
A escola em questão foi escolhida por atender a um público que possui acesso à uma porcentagem maior de autistas em seu ambiente escolar. É uma escola que preza pela inclusão das crianças autistas, adaptando sua prática pedagógica.

Desta forma, utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário online, composto por perguntas abertas e fechadas, para 10 estagiárias que trabalham como tutoras. Dessas, foram escolhidas seis, cujas respostas se destacaram.

Para a análise dos dados, o instrumento utilizado foi o questionário online, em que nove tutoras, aqui chamadas pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H, I, responderam, sendo todos tutores de crianças autistas.

Ao questionar sobre a formação inicial dos participantes na pesquisa, 55,6% responderam ainda estar cursando Pedagogia, 22,2% tem formação de docentes (magistério) e apenas 22,2% licenciaturas em Pedagogia.

Gráfico - 1 Formação inicial



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Compreende-se que as acadêmicas de Pedagogia ainda estão em processo de formação e trabalham como estagiárias, realizando o estágio remunerado. Segundo Fiorentini (2008), as pesquisas sobre o estágio indicam que se queremos formar professores capazes de produzir e avançar nos conhecimentos curriculares e de transformar a prática/cultura escolar, então é preciso que eles adquiram uma formação inicial que lhes proporcione uma sólida base teórico-científica relativa ao seu campo de atuação, que deve ser desenvolvida e apoiada na reflexão e na investigação sobre a prática. Isso requer um tempo relativamente longo de estudo e o

desenvolvimento de uma prática profissional e iniciação à docência, tendo a orientação ou supervisão de formadores-pesquisadores qualificados. As três primeiras questões foram direcionadas, à caracterização dos participantes.

Quadro 2 - Idade, função, instituição em que atuam e há quanto tempo atuam como tutora

Caracterização do sujeito	Idade	Função	Instituição de ensino que atua	Há quanto tempo atua como tutora
Tutora A	18 a 25 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos
Tutora B	18 a 25 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos
Tutora C	30 a 35 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos
Tutora D	18 a 25 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos
Tutora E	18 a 25 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos
Tutora F	40 a 45 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos
Tutora G	18 a 25 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos
Tutora H	18 a 25 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos
Tutora I	18 a 25 anos	Tutora	Rede Privada	De 1 a 5 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A tabela acima mostra que todas as participantes apresentam de 1 a 5 anos de atuação ou de experiência na área, sendo todas estagiárias. Podemos considerar que estão em processo de formação e apresentam, de certa forma, uma prática ainda recente. Percebe-se também, quando se fala de inclusão, que é fundamental formar professores que na educação reflitam de forma crítica. Por meio de sua própria prática construam avanços pedagógicos que incluam as crianças com autismo. Segundo Baptista (2006, p. 97) “assim, faz-se necessário trabalhar com os profissionais da educação, de maneira que eles, sendo capazes de compreender as próprias práticas e de refletir sobre elas, sejam também capazes de transformar lógicas de ensino”.

A criança autista possui uma limitação em alguns processos, por conta de sua dificuldade de interação social, de se comunicar até mesmo com seus pais. Em seus primeiros anos de vida tem até dificuldade em reconhecer algumas utilidades de coisas, simbolizar palavras ou nomear pessoas, prejudicando sua linguagem e o seu desenvolvimento e condição em criar vínculos de amizades.

Na perspectiva de Cunha (2014), o autismo pode surgir nos primeiros meses de vida, mas, em geral, os sintomas tornam-se aparentes por volta dos três anos. Percebe-se na criança o uso insatisfatório de sinais sociais, emocionais e de comunicação, além da falta de reciprocidade afetiva. A comunicação não verbal é

bastante limitada, as expressões gestuais são inexistentes, porque a criança não atribui valor simbólico a eles.

Considerando as especificidades das crianças autistas, indagou-se aos participantes quais eram as maiores dificuldades encontradas em seu dia a dia. Ao reconhecer a importância do envolvimento e do relacionamento de pais e professores no apoio e no sucesso escolar desse público, o ingresso na escola é uma nova etapa na vida delas, além de um novo desafio para os pais. Nesse sentido, no caso das famílias, é ainda maior, pois todos estão aprendendo a conhecer e a lidar com ela. (BURKE et al., 2020; PINTO et al., 2016).

Ao ingressarem no trabalho com as crianças autistas, as tutoras apresentaram muitas dúvidas e insegurança. Entre as dificuldades relatadas, foi destacado a falta de formação específica na área de educação inclusiva.

Acredito que a falta de formação específica na área de educação inclusiva faz com que surjam muitas dificuldades, pois muitas vezes não sabemos como proceder ao certo a intervenção. A comunicação com a família também se torna uma dificuldade para enfrentar, pois já fui tutora de duas crianças autistas e em ambas as famílias não a aceitavam muito bem. Isso impactava diretamente no trabalho em sala de aula. (Tutora A)

Uma das dificuldades encontradas é em relação a frequência nas aulas, pois uma vez que ele não mantenha uma frequência em sala de aula, isso dificulta ainda mais no processo de adaptação do aluno em sala de aula e também interesse da parte de pais e familiares responsável pela criança. (Tutora B).

A alfabetização, pois o autista tem um raciocínio mais lento, então o processo é mais demorado. E trabalhar também a questão da socialização, não são com todos, mas existem crianças autistas que tem muita dificuldade em socializar com outras. Mudança de rotina. (Tutora F).

Observa-se que as tutoras estão enfrentando dificuldades e preocupações por não terem formação adequada para receber essas crianças e, em muitos casos, não entendem nem como trabalhar com o autismo, deparam-se com situações que exigem muito esforço. O ensino acaba sendo mais complexo e exigindo conhecimentos específicos sobre o autismo, suas características e formas de ensinar. Sendo assim,

é um desafio lidar com essa nova relação, além dos olhares que o ambiente escolar pode colocar nessas crianças inseridas na sala de aula.

Camargo (2010) afirma que quanto mais significativo for o professor, melhores serão as oportunidades para promover novas aprendizagens para seus alunos. Com isso, pode-se destacar que é indubitável a importância da formação inicial em ensino superior, por meio de uma graduação em Pedagogia, para exercer a profissão de docente. Nessa fase de ascensão profissional buscar pelos saberes provenientes da formação inicial, complementando com os saberes da prática.

As tutoras C e D, relatam as dificuldades em trabalhar com a criança autista por conta de suas características, como a alimentação e as estereotípias, que são comuns em crianças com autismo, representando comportamentos motores ou verbais repetidos, que podem possuir múltiplas funções. As causas também são diversas e geralmente elas produzem esses comportamentos com o objetivo de se autorregular.

Primeiro, a maneira que ele(a) é seletiva com a alimentação e, dependendo da consistência ele(a), não encosta. Dependendo de como ele(a) se expressa, as vezes por meio de mordida quando quer algo, ou gritos em alguns casos. (Tutora D).

Algumas atitudes como jogar objetos o tempo todo no chão, tirar os calçados, falta de concentração na hora de alguma atividade, mesmo sendo lúdica. (Tutora C).

Dessa forma, destacamos que a criança autista tem dificuldade em suas interações sociais, muitas vezes não conseguindo ficar com um grupo grande de pessoas e se relacionar como próximo. Para Camargo; Bosa (2009, p. 68),

crianças com desenvolvimento típico fornecem, entre outros aspectos, modelos de interação para as crianças com autismo, ainda que a compreensão social destas últimas seja difícil. A oportunidade de interação com pares é a base para o seu desenvolvimento, como para o de qualquer outra criança. Desse modo, acredita-se que a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino comum, possa oportunizar os contatos sociais e favorecer não só o seu desenvolvimento, mas o das outras crianças, na medida em que estas últimas convivam e aprendam com as diferenças.

A falta de recursos didáticos e de cooperação da equipe pedagógica são algumas das maiores dificuldades encontradas, segundo uma das entrevistadas.

A falta de recursos didáticos, o desinteresse de professores que deixam para tutora a responsabilidade e falta de cooperação por parte da equipe pedagógica. (Tutora G).

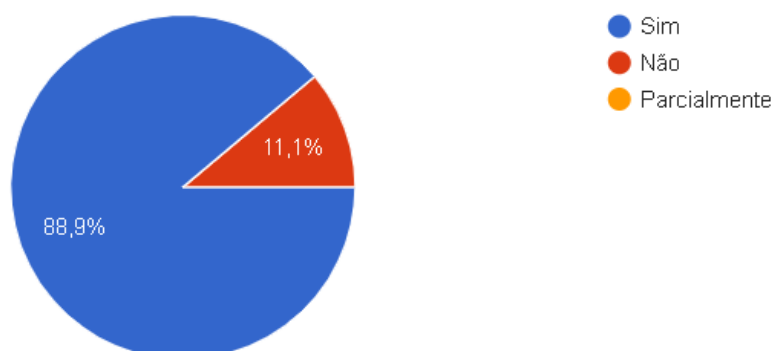
Quando iniciei, não tive apoio pedagógico. Hoje ainda digo que não estou preparada para cuidar de uma criança autista, pois tudo que vi até agora foi aprendido na prática, junto a eles. Todo ano muda, as crianças não são iguais e então tenho que sempre estar me adaptando a eles e aprendendo. Não me acho tão capaz assim, falta de formação para isso acredito dentro da escola. (Tutora H).

Apoio da gestão educacional, período de adaptação ao ambiente escola. (Tutora I).

Para Pimenta (1991) os pedagogos são profissionais necessários na escola, seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico-político de emancipação das camadas populares), seja nas tarefas que ajudem o(s) professor(res) no ato de ensinar. Isso é feito pelo conhecimento dos processos específicos de aprendizagem e pela articulação entre os diversos conteúdos e a busca de um projeto pedagógico político coerente.

Dentre as dificuldades apresentadas pelas professoras emerge a formação inicial de forma significativa. Sendo assim, questionou-se sobre o contato com a educação inclusiva durante sua formação acadêmica. Nota-se que 88,9% estavam inseridas nesse ambiente desde o início de sua carreira e apenas 11,1% não teve tal contato.

Gráfico - 2 Contato com a educação inclusiva durante a formação acadêmica



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Considerando que as tutoras estão em processo de formação acadêmica, muitas ainda não tiveram as disciplinas relacionadas à inclusão. Algumas dificuldades que se encontram em nosso dia a dia se devem à falta de formação. A disciplina ofertada no curso, por vezes, não é suficiente com a demanda que os acadêmicos se deparam quando se tornam tutores.

Segundo Gatti (2008), muitas ações podem ser relacionadas ao termo “formação continuada”, tais como: congressos, cursos, reuniões pedagógicas, seminários, as variadas opções de formação na internet, entre outras opções. Nesse movimento, o professor atualizado está em busca constante de novas práticas pedagógicas, estratégias e possibilidades para trabalhar com a criança autista e assim tornar-se um facilitador da aprendizagem e um sujeito capaz de resolver os conflitos que possam surgir durante o ano letivo, auxiliando melhor os colegas, pais, alunos e demais agentes escolares e oportunizando uma aprendizagem prazerosa e significativa para a criança.

Questionou-se as tutoras sobre o trabalho na inclusão, como eram desenvolvidas as atividades e rotina da sala e quais propostas despertavam mais interesse nas crianças autistas. Dentre os dados obtidos, dois professores relataram retirar a criança autista do ambiente, que está inserido junto a seus colegas para que possa realizar suas atividades. Destacam as tutoras A e D:

la com a criança para outra sala, pois elas não conseguiam fazer atividades com a turma. O barulho das outras crianças dificultava a concentração no momento da atividade. Algumas atividades, mais simples, elas podiam fazer junto com a turma. Fazia um planejamento diferente, pois não conseguiam seguir a apostila que era trabalhada com a turma. Tinha que fazer atividades um pouco mais simples, para o nível de aprendizagem que eles estavam. (Tutora A).

Retirava o aluno da sala por 20 minutos, fazia um trabalho diferenciado, como atividades funcionais para desenvolver a autonomia (colocar e tirar o tênis por exemplo), contação de histórias com várias técnicas. (Tutora D).

Dentro destas duas respostas, podemos compreender que a inclusão não acontece somente pelo fato dela estar no ambiente escolar, pois a organização do espaço e das atividades ainda não contemplam as necessidades das crianças autistas, sendo necessário retirá-las da sala, para ter êxito nas propostas. As tutoras sentem dificuldades em ficar com as crianças dentro da sala, pois não estão preparadas ou, de certa forma, não há um apoio pedagógico que as auxilia na inclusão das crianças autistas no ambiente da sala de aula.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem de acordo com seus limites. Se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Alguns professores relataram o uso das atividades adaptadas de acordo com o interesse da criança autista. Compreendemos que as crianças autistas trabalham muito no visual, o que tem cor, formas diferentes, chamam sua atenção dependendo do grau de autismo, tutoras relatam:

Sempre se desenvolvia no momento dele, quando ele estava interessado. As propostas de atividades eram sempre de forma bem colorida e grande, para melhor visualização dele, atividades com tinta, pintura de forma que ele se expressasse da melhor forma. (Tutora B).

As atividades são todas adaptadas, sendo elas mais objetivas e curtas. A maioria dos autistas necessita de uma rotina. Eles demonstram interesses por

atividades mais lúdicas, jogos, mas sempre com um fim pedagógico. As atividades mais calmas, que envolviam cores e propostas mais voltadas para o aluno de forma individual. (Tutora F).

Todas as atividades são desenvolvidas com o auxílio da tutora, até mesmo em pegar na mãozinha e ajudar a desenvolver as atividades propostas, as atividades que mais demonstravam interesse eram as visuais. (Tutora G).

Sempre trabalhando em grupos, sem segregação, mas respeitando o espaço e tempo do aluno autista. As atividades mais calmas, que envolviam cores e propostas mais voltadas para o aluno de forma individual. (Tutora I).

Buscava sempre adaptar, para que a criança autista pudesse realizar as atividades. Seu maior interesse era pelas formas geométricas e números, eram as atividades que mais tinham sua participação positiva. (Tutora E).

Pesquisava e desenvolvia recursos para cativar o aluno, mostrava à criança quais os momentos de atividade e brincadeira, adaptava e desenvolvia o conteúdo aplicado com a turma para o aluno [...] Ele demonstrava interesse pelas atividades desenvolvidas junto com os colegas, sempre mostrava para turma a resolução da atividade com satisfação. (Tutora C).

Demonstra maior interesse em atividades musicais A rotina é adaptada às necessidades da criança autista, horários de sono, alimentação etc. (Tutora H).

Não existe uma receita única para trabalhar, cada caso é um caso, o que funciona para um talvez, para o outro, não seja tão eficaz. Por isso é tão necessário o tutor conhecer a criança para que, embasado em suas experiências, possa discutir com a equipe pedagógica e com a equipe multidisciplinar, que fazem o acompanhamento, qual seria a melhor estratégia. A partir das necessidade dele, o tutor e o professor da sala poderão aprimorar os objetivos pré-estabelecidos e, assim, desenvolver uma aprendizagem significativa para o aluno.

Mantoan (2006) diz que é preciso considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas como condição indispensável para a elaboração do planejamento e implantação de propostas de ensino e de avaliação de aprendizagem. Ao se discutir a educação inclusiva, entendemos que cada criança tem

suas particularidades e que elas devem ser consideradas como diversidade e não como problema.

Compreendemos que as concepções interferem diretamente nas práticas. Dessa forma, buscamos compreender como as tutoras entendem a educação inclusiva. Muitas tutoras destacam que a educação inclusiva deve possibilitar uma real participação de todas as crianças buscando atividades adaptadas e compreendendo que essa criança precisa estar junto ao grupo.

A educação inclusiva é uma proposta que visa olhar de forma abrangente todos os alunos e suas especificidades. Respeitando, acima de tudo, o tempo de cada indivíduo, proporcionando meios para que ele, de fato, faça parte da sociedade. (Tutora C).

Uma sociedade inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes com adaptações, independente de deficiência, classes ou quaisquer outros aspectos. (Tutora F).

Uma educação que inclua o aluno para que ele faça as mesmas atividades que os outros, claro que adaptadas para, mas deve ser sobre o mesmo assunto. Tratar esse aluno da mesma maneira que trata os outros e sempre tomar cuidado para não o excluir. (Tutora D).

Ressalta-se que a educação inclusiva abrange todas as crianças que têm o direito de estar matriculadas em uma rede regular de ensino. Dessa forma, algumas tutoras relatam que:

Além de incluir um aluno, é saber que ele pode estar presente em uma escola convencional, ser ensinado e alfabetizado da melhor forma, com metodologias diferenciadas para sua compreensão, entender que os alunos autistas são os melhores com aulas de outras línguas e sua interação com outros amigos é limitada, mas durante atividades diversas existe interação. (Tutora B)

Seria a participação de todos os estudantes nas classes regulares de ensino. A inclusão é um processo contínuo e permanente, sendo uma tarefa de todos, onde todos podem aprender a viver e conviver com as diferenças, respeitando-as. (Tutora A)

A educação inclusiva é o processo de incluir na rede de ensino crianças com necessidades especiais, distúrbios de aprendizagem ou de deficiência, excluídas por gênero, cor entre outros motivos pelos quais essas crianças são excluídas. (Tutora G)

Para Mantoan (2003, p. 16)

o radicalismo da inclusão vem do fato de se exigir uma mudança de paradigma educacional [...] Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

Duas professoras apontaram que a inclusão não está direcionada apenas às crianças com necessidades especiais, mas que abrange olhar todas as crianças dentro das suas necessidades.

É o ato de incluir na rede de ensino regular todas as pessoas portadoras de alguma deficiência intelectual ou física, ou mesmo aqueles considerados com "altas habilidades" (superdotados). (Tutora H).

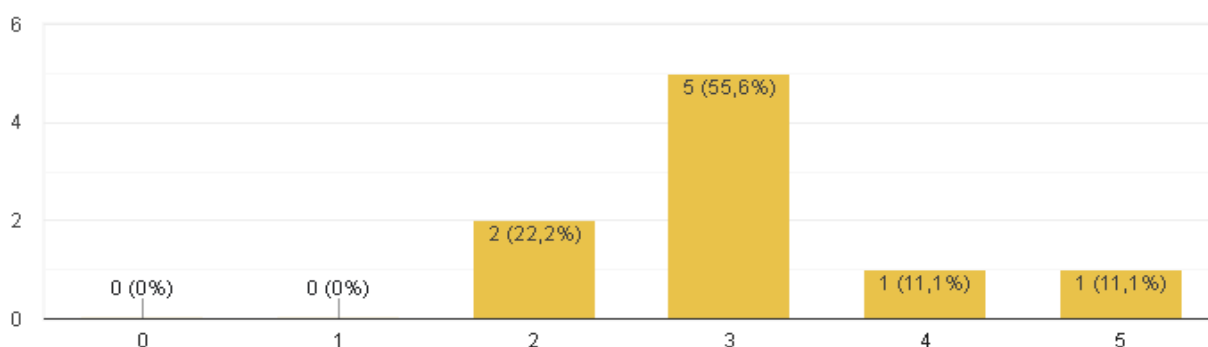
Na minha concepção, a educação inclusiva é uma proposta que visa olhar de forma abrangente todos os alunos e suas especificidades, respeitando, acima de tudo, o tempo de cada indivíduo, proporcionando meios para que ele, de fato, faça parte da sociedade. (Tutora I).

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas. As dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2006).

Defendemos que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença. Do ponto de vista pedagógico, essa integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto. No entanto, por vezes, surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com autismo devido à necessidade de criar as condições adequadas.

Finalizando as questões, indagou-se aos tutores: Em uma escala de 0 a 5, como você avalia o processo de formação e acompanhamento dos tutores para o trabalho com crianças autistas? Podemos analisar que 55,6% avaliam de um modo baixo, 22,2% trazem uma grande preocupação com seu trabalho e os demais 11,1% acreditam estar satisfeito com seu trabalho.

Gráfico - 3 Avaliação do processo de formação e acompanhamento dos tutores

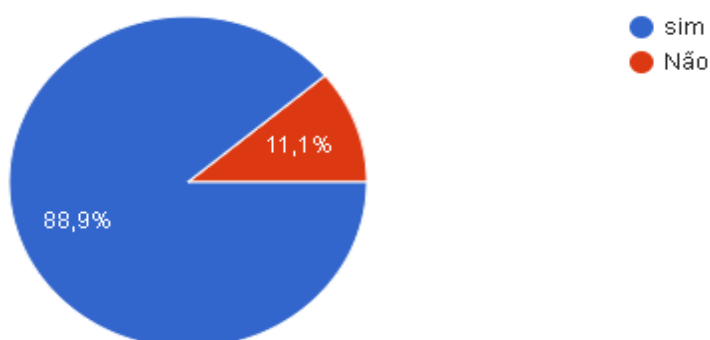


Dados da pesquisa (2022)

Segundo Baptista (2006, p.99) é nessa perspectiva que pensamos a construção da formação dos profissionais da educação que sejam capazes de trabalhar as necessidades educativas especiais de seus alunos numa escola inclusiva. Que eles sejam capazes de criar ambientes educativos em que diferentes alunos, com os mais diversificados percursos de escolarização, consigam participar e que contribuam com experiências de sucesso.

Ao refletir sobre as dificuldades encontradas na prática pedagógica, foi feito um questionamento sobre a inovação no modelo educativo que temos hoje para que a inclusão aconteça. Os dados apontaram que 88,9% respondem que a uma grande necessidade de estar renovando e aprimorando tal modelo para que a inclusão ocorra de forma correta no ambiente escolar. Apenas 11,1% estão satisfeitos com este modelo.

Gráfico - 4 - Inovação no modelo educativo para inclusão



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Duas tutoras apontam também as possibilidades de trazer os saberes teóricos e práticos da criança autista, que possam assimilar momentos simples no ambiente escolar, relatam:

Acredito que as possibilidades venham com o conhecimento que adquirimos da causa, não conseguimos vislumbrar possibilidades sem conhecer algo. O primeiro passo é a aquisição de saberes, tanto teóricos quanto práticos. O trabalho com crianças autistas, é algo que nos modifica como seres humanos, pois ao mesmo tempo que ensinamos, aprendemos com eles, não só conhecimentos pedagógicos, mas também saberes de vida. (Tutora D).

Os avanços por parte do aluno em questões simples como a autonomia, espontaneidade, assimilação de alguns conceitos como as cores primárias, as vogais, noção de espaço e a afetividade. (Tutora G).

Três professores apontaram a importância de conhecer a criança e buscar possibilidades diferentes para alcançar os objetivos, considerando a formação e a pesquisa como primordiais para esse acompanhamento. Sendo assim, relatam:

Sempre buscar/pesquisar por recursos didáticos, incluir da melhor maneira possível essa criança com as outras, estar sempre atento às dificuldades e aprimorar o trabalho de forma criativa e acolhedora para esse aluno. (Tutora A).

Posso dizer que é nas criações de atividades, na hora de desenvolver na prática. (Tutora F).

A forma de atentar, de muitas formas e com metodologias diferenciadas para que a compreensão dele seja significativa. Sempre incentivar a cada melhora, saber

que é necessária uma especialização na área, mesmo sendo iniciante com tutoria de um autista. (Tutora I).

As professoras apontam a importância de trabalhar diferentes recursos partindo do concreto, de propostas mais dinâmicas, tendo em vista que a criança autista apresenta peculiaridades que desafiam o tutor a buscar propostas diferentes, criativas e significativas. Como vimos na resposta da tutora H, ainda se faz necessário avançar em relação às propostas que direcionam o trabalho.

A importância de se ter uma rotina, dar limites a criança autista, pois muitas vezes eles testam suas professoras. É importante ter as atividades em folha para que o aluno aprenda mais os conteúdos, mas também eles são alunos que precisam do lúdico, para ajudar no processo de formação deles. (Tutora H).

Buscar atividades lúdicas nesse momento se faz necessário, a criança autista, quando está em processo de desenvolvimento e ainda conhecendo o mundo, aprende de forma visual. Diversas atividades lúdicas são utilizadas por psicopedagogos como instrumentos de intervenção, como os jogos e brincadeiras que oferecem à criança autista um aprender brincando.

Para Mantoan (2003, p.31), ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional participativa, que produzem sentido para o aluno.

Por fim, duas tutoras apontaram a importância da parceria com a família e profissionais especializados, tendo em vista que alguns fatores extrapolam o domínio pedagógico e precisam desse apoio no ambiente extraescolar.

Acredito que o diálogo com a família e conhecer o aluno é um dos primeiros passos. Ter conhecimentos das teorias e aprofundá-las, em busca de práticas que melhor se encaixem no contexto, pois temos um amplo leque ao falar de autista, portanto, nem sempre uma prática será possível nos diferentes contextos. Compreender que a aprendizagem é dada de forma diferente, então o aluno não pode ser padronizado ou comparado no quesito social e de aprendizagem. (Tutora E).

Acompanhamento de profissionais capacitados, sempre preocupados com o desenvolvimento. Adaptação da criança para que ela tenha um bom desenvolvimento e estar disposto a tirar toda e qualquer dúvida dos professores. (Tutora B).

A inclusão escolar envolve uma mudança de atitude com relação ao ser humano, a quebra de paradigmas é inevitável para se entender que não é mais um aluno que está chegando à sala de aula, ou um indivíduo que convivemos todos os dias, mas sim, um ser que precisa ser amado e acima de tudo respeitado por seus pares e superiores.

Segundo Baptista (2006, p.97), “assim, faz-se necessário trabalhar com os profissionais da educação, de maneira que eles, sendo capazes de compreender as próprias práticas e de refletir sobre elas, sejam também capazes de transformar lógicas de ensino”.

Percebe-se ser fundamental formar profissionais da educação que construam avanços em suas práticas pedagógicas para acolher essa demanda de crianças com necessidades educacionais especiais, com o olhar de transformação social, voltada sempre para uma prática reflexiva, buscando inovação e cooperação entre todos que fazem parte do contexto escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender os desafios encontrados no cotidiano escolar por tutoras, a fim de compreender como funciona o dia a dia. A partir da literatura pesquisada e da análise feita com as tutoras, foi possível compreender quais as dificuldades encontradas no cotidiano escolar. Por meio da análise, revelou-se que entre os desafios e possibilidades na prática docente durante o período de formação das tutoras, está a relação com a família e a coordenação pedagógica, que muitas vezes acabam não colaborando com a tutora. Para que a criança autista desenvolva suas habilidades é necessária uma boa estrutura escolar, um profissional que junto a escola esteja em constante formação, assim como propostas adaptadas e diferenciadas que valorizem o lúdico e instiguem as crianças a aprender.

Tendo em vista que a criança autista tem dificuldades de se adaptar ao mundo externo, a escola deve pensar na adequação do contexto para atender suas necessidades. Não podemos focar somente em salas de aulas inclusivas, mas em

escolas inclusivas, em que todos assumam a responsabilidade e se comprometam com a educação da criança autista, não deixando essa atribuição somente à tutora. Por isso é necessário que a escola crie uma rotina de organização no tempo e no espaço, como estratégias de adaptação e desenvolvimento dessas crianças autistas, que a escola esteja formando seus professores, investindo em inovações na hora de pensar em como irá trazer uma formação continuada à sua equipe.

Vale ressaltar que durante a aplicação do questionário pode-se notar a necessidade das tutoras em relação ao processo de formação. Muitas ainda são acadêmicas e sentem-se inseguras por ainda não terem os saberes necessários para trabalhar com as crianças autistas. Na transformação da escola é necessário mobilizar e apresentar a relação com o tutor e professor, facilitando o apoio, a colaboração e investimento na sua formação, para que essas crianças, assim como quaisquer outros, tenham capacidade e possibilidades de aprender, em um ambiente acolhedor.

A falta de formação específica na área de educação inclusiva faz com que surjam muitas dificuldades, pois muitas vezes não se consegue proceder ao certo a intervenção. A comunicação com a família torna-se uma dificuldade para enfrentar. A resistência deles em aceitar e compreender o autismo acaba trazendo dificuldades maiores de comunicação e impacta diretamente no trabalho em sala de aula.

Assim, dentro da proposta deste estudo, consideramos importante a tutora auxiliar no trabalho com a criança autista. Porém, é de extrema importância que essa responsabilidade não recaia somente sobre ela, mas que se tenha a professora regente da turma planejando e organizando as práticas para essa criança, assim como o apoio da coordenação pedagógica auxiliando e articulando esforços para orientar e auxiliar as tutoras em seus momentos de dificuldades.

Concluimos que cada criança autista deve ser respeitada em sua individualidade, levando-se em conta o processo de aprendizagem, uma vez que a inclusão não se resume apenas à escola e sim a todos aqueles que fazem parte da vida dela.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BAPTISTA, C. R. **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. 1 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BOSA, C. A. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Cláudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação**: atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/1996**: promulgada em 20 de dezembro de 1996. Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 7. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura**. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº5/2005, 13 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura**. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº1/2006, 15 de maio de 2006.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre/RS, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

CAMARGOS Jr, Walter et al. **Transtornos Invasivos do desenvolvimento**: 3º milênio. 3. ed. – Brasília: Secretária de Direitos Humanos. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

CUNHA, E. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 5. ed. Rio de Janeiro, 2018.

FRANCO, M. A. Para um currículo de formação de pedagogos: indicativos. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: Ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2011.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37, jan/abr. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é, por que é? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MORGADO, J. C. Diretrizes curriculares da pedagogia-um adeus à pedagogia e aos pedagogos? In: 12 ENDIPE, 2006, Pernambuco. **Anais...** Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores unidade teoria e prática?** 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

PINTO, R. N. M et al. Autismo infantil: Impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, n. 37, v. 3, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rngenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022

RODRIGUES, M. L., LIMENA, M. M. C. (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

SASSAKI, R. K. Inclusão, o paradigma da próxima década. **Mensagem**, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1999



© 2022 O conteúdo deste manuscrito foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (CC BY 4.0).